

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

PATRÍCIA CONCEIÇÃO SILVA

**A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES URBANAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

PATRÍCIA CONCEIÇÃO SILVA



**A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES URBANAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Mata de São João - Bahia, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Medianeira.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eliane R. dos Santos Gomes

MEDIANEIRA

2018



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Gestão Ambiental em Municípios



## TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Monografia

Por

**Patrícia Conceição Silva**

Esta monografia foi apresentada às 10:30 h do dia 01 **de Setembro de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Mata de São João - Bahia, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Carla Adriana Pizarro Schmidt  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Yuka Kamila de Oliveira Fujiki  
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Dra. Eliane R. dos Santos Gomes pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia, principalmente àqueles que contribuíram relatando suas experiências e respondendo aos questionários que fazem parte da metodologia dessa pesquisa.

## RESUMO

Silva, Patrícia Conceição. A importância das áreas verdes Urbanas para o desenvolvimento da sensibilização ambiental. 2018. 57. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

O nosso planeta tem passado por inúmeras transformações de origem antropogênica, que geralmente vem ocasionado muitos danos no meio ambiente, impulsionado principalmente pelo nosso estilo de vida. O estilo de vida urbano é um dos principais causadores de problemas ambientais, pois a instalação das cidades geralmente ocorre de maneira não planejada. Apesar da vida na cidade nem sempre ser salubre, cada vez mais a densidade populacional urbana vem aumentando. Vários fatores têm levado ao êxodo rural, como empregabilidade, moradia, segurança, mais conforto, por conta disso, cada vez mais o processo de urbanização tem se intensificado. Em contrapartida, para absorver essas pessoas é necessário desmatar, impermeabilizar o solo, há mais emissão de poluentes hídricos e atmosféricos, maior exposição ao estresse, por conta dos congestionamentos, longas jornadas de trabalho e sensação de insegurança. A somatória desses fatores determina a diminuição da qualidade na cidade. Estudos apontam que existência de áreas verdes urbanas contribuem para a mitigação desses impactos negativos, entretanto, as áreas verdes urbanas vem diminuindo cada vez, mais para dar lugar ao progresso. Logo, torna-se evidente a importância da preservação das áreas verdes urbanas, sendo a educação ambiental um importante instrumento para tal. Este trabalho tem como objetivos inferir sobre a importância existência de áreas verde no perímetro urbano, como também sobre a percepção dos munícipes da cidade de Lauro de Freitas sobre a função das mesmas para manutenção da qualidade de vida nos centros urbanos.

Palavras-chave: Educação ambiental urbana. Áreas verdes. Percepção ambiental.

## ABSTRACT

Silva, Patrícia Conceição. The importance of urban green areas for the development of environmental awareness. 2018. 57. 2018. 57. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Our planet has undergone numerous transformations of anthropogenic origin, which usually has caused many damages to the environment, driven mainly by our way of life. The urban lifestyle is one of the main causes of environmental problems, since the installation of cities usually occurs in an unplanned way. Although life in the city is not always healthy, more and more urban population density has increased. Several factors have led to rural exodus, such as employability, housing, security, more comfort, because of this, more and more the process of urbanization has intensified. On the other hand, to absorb these people, it is necessary to deforest, waterproof the soil, there is more emission of water and atmospheric pollutants, greater exposure to stress, congestion, long working hours and a sense of insecurity. The sum of these factors determines the decrease of quality in the city. Studies indicate that the existence of urban green areas contribute to the mitigation of these negative impacts, however, the urban green areas have been decreasing each time, more to give way to progress. Therefore, the importance of the preservation of urban green areas becomes evident, and environmental education is an important instrument for this. This work aims to infer about the importance of green areas in the urban perimeter, as well as on the perception of the inhabitants of the city of Lauro de Freitas on the function of the same to maintain quality of life in urban centers.

Keywords: Urban environmental education. Green areas. Environmental perception.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 01 - Localização do município de Lauro de Freitas	27
Figura 02 - Parque Infantil no Parque Ecológico de Vilas do Atlântico	34
Figura 03 - Atividade cultural no Parque Ecológico de Vilas	35
Figura 04 - Visita de uma escola ao Parque ecológico de Vilas	36
Figura 05 - Plantio de Mudas no Parque Ecológico de Vilas do Atlântico	36
Figura 06 - Descarte irregular de lixo no Parque Ecológico de Vilas do Atlântico	37
Figura 07 – Concha acústica antes da reforma	37
Figura 08 - Placa alertando para a presença de animais no local	38
Figura 09 - Atividade de educação ambiental promovida pela sociedade civil organizada	39
Figura 10 – Plantio de Mudas na Praça da Coruja	40
Figura 11 – Aterramento de uma lagoa localizada na Praça da Coruja	40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>20</b>
2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS ÁREAS VERDES URBANAS .....	24
2.2 O TRANSTORNO DO DEFICIT DE NATUREZA .....	26
<b>2.3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS VERDES URBANAS PODEM PROMOVER RECONEXÃO DO SER HUMANO COM A NATUREZA .....</b>	<b>27</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>28</b>
3.1 LOCAL DA PESQUISA .....	28
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	28
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	30
3.5 ANÁLISES DOS DADOS .....	31
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>4.1 Parque Ecológico de Vilas do Atlântico .....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 A Praça da Coruja .....</b>	<b>39</b>
<b>4.3 A Participação dos munícipes .....</b>	<b>43</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes têm mostrado que a maior parte da população mundial se concentra em centros urbanos, concomitantemente, esses estudos revelam também as consequências negativas desse tipo de ocupação espacial, como a inversão térmica, degradação do solo, de mananciais, ilhas de calor, poluição atmosférica, fragmentação da cobertura vegetal, entre outros problemas que tem comprometido a qualidade de vida nos centros urbanos.

Outra consequência relevante da vida em centros urbanos é a perda da conexão do ser humano com a natureza. Hoje poucos de nós sabemos o que é pisar na grama, na areia da praia, ou descalços no solo. E colher uma fruta do pé? Tomar banho de rio? Muitos de nossos filhos ou até mesmo nós, não sabemos o que é isso.

Essa desconexão entre a humanidade e a natureza, causado pela vida em centros urbanos, tem levado a consequências que vão além da degradação dos recursos naturais em si, afeta a qualidade de vida num sentido biológico e psicológico. Especialistas como Richard Louv cunhou, dentro desse contexto, cunhou o termo transtorno do déficit de natureza, que é causado por falta de convivência em espaços naturais.

Como alternativa para remediar as consequências listadas acima, estudiosos tem sugerido que a humanidade reestabeleça a reconexão do homem com a natureza, que pode se dar através de atividades que promovam experiência e convívio no meio natural. Essa reconexão pode ser viabilizada através da criação de espaços verdes em áreas urbanas, ou a valorização dos espaços já existentes. Logo, espaços verdes em áreas urbanas podem ser úteis tanto para mitigar os problemas ambientais como para reconectar o homem com a natureza. Portanto, as áreas verdes urbanas, são espaços públicos ou privados que atendem perfeitamente esses objetivos, pois além de conservar a biodiversidade, promove o bem-estar da população.

Este trabalho tem como objetivo inferir sobre a importância das áreas verdes públicas para promover a reconexão entre os munícipes e a natureza, promoção o bem-estar da população, e a preservação do meio ambiente e ações de sensibilização ambiental. Como também analisar se os munícipes têm consciência sobre a importância das áreas verdes, bem como averiguar como se dá o processo de gestão dessas áreas verdes.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cidade, por ser um ecossistema construído pelo homem, por esse motivo é um ecossistema peculiar, se comparado aos ecossistemas naturais. Muitas dessas peculiaridades, isso deve-se, dentre outros fatores, à maneira desordenada que os centros urbanos se foram. A falta de planejamento faz com que a cidade apresente problemas e desafios socioambientais que se modificam e evoluem constantemente. Por possuir essas características, os centros urbanos tem sido objeto de estudo e de investigação para legisladores, gestores públicos, pesquisadores e ambientalistas, que buscam meios de superar essas demandas, através de um esforço conjunto entre comunidade científica e a sociedade civil (CARVALHO, p. 11. 2014).

Essa problemática se agrava quando comparamos a densidade populacional dos centros com a do meio rural. No mundo, desde 2007, o número de habitantes em áreas urbanas se igualou ao número de habitantes em áreas rurais. No Brasil, segundo dados do IBG do ano de 2000, a população urbana representava um percentual de 67,7% da população total. Segundo Carvalho (2014), o motivo que tem causado o crescimento urbano no País é o modelo econômico adotado, que valoriza a industrialização e a urbanização, dessa forma a população é atraída em busca de uma aparentemente melhoria da qualidade de vida, provocando migração da zona rural para os centros urbanos (CARVALHO, p. 12 e 13., 2014).

O aumento populacional nos centros urbanos tem como consequência impactos evidentes, como a falta de infraestrutura, o aumento de bairros e cidades periféricas com função apenas de dormitório, o aumento do desemprego, ocasionando inúmeros problemas socioambientais e dificultando o estabelecimento da sustentabilidade em espaços urbanos. Pois morar em espaços cada vez mais reduzidos, ser submetido a poluição, a exposição a violência, ter que cumprir normas e regulamentos urbanos, adotar um estilo de vida mais sedentário, restringir o contato com a natureza e viver em uma estrutura física onde predomina concreto e aço, trouxeram consequências que prejudicaram a qualidade de vida humana (CARVALHO, 2014).

Por conta dessas demandas, e em busca da sustentabilidade socioambiental, várias ciências foram surgindo como a Ecologia Urbana e a Educação Ambiental

Urbana, com intuito de entender e buscar soluções para os impactos negativos produzidos pelo estilo de vida em espaços urbanos. Da mesma forma, o desenvolvimento de diversas Leis federais, estaduais e municipais como a Política Nacional de Educação Ambiental, o Estatuto das Cidades que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU e o Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE. Nos parágrafos a seguir entendermos como esses instrumentos podem contribuir para a sustentabilidade nos centros urbanos.

Ecologia Urbana é uma das ramificações da ecologia que tem como objeto de estudo a vida humana no ambiente urbano englobando as suas interrelações como o meio biótico, abiótico, e com o outro como o objetivo de promover a sustentabilidade nesses espaços (BERDOULAY, 1999).

A educação ambiental, é um instrumento de gestão ambiental prevista na Lei 9.795 de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. De acordo com essa legislação, a educação ambiental se distingue em educação ambiental como formal e não-formal. A educação ambiental formal é aquela que é desenvolvida em instituições de ensino, públicas ou privadas, que compreendem ao ensino básico e ao ensino superior. Enquanto que a educação ambiental não formal compreende ações e práticas educativas que estimulem a sensibilização ambiental e a participação ativa da coletividade em defesa, proteção e preservação do meio ambiente (BRASIL, 1999). Portanto, a partir desses conceitos, surge a Educação Ambiental Urbana, que é assim designada por se ocupar em promover a educação ambiental em um ambiente específico, que é o ambiente urbano, em busca de promover a sensibilização e formação dos cidadãos participantes na defesa de um ambiente equilibrado. Carvalho (2014) enfatiza que a educação ambiental tem entre outros objetivos:

A formação de uma consciência ecológica, o estímulo à preservação sociocultural do território urbano, a preocupação com a qualidade de vida e bem-estar do(a)s cidadão(a)s e o estímulo do trabalho conjunto e solidário, onde todos tenham oportunidade de participar na luta por um ambiente melhor (CARVALHO, p.15, 2014).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU é um documento que deve ser elaborado para cidades com mais de vinte mil habitantes, pode ser considerado um dos mais importantes documentos de planejamento urbano, pois ordena o uso do solo, de forma que promova a ordem pública, com intuito de garantir bem estar dos cidadão e o equilíbrio ambiental nos centros urbanos (BRASIL, 2011).

O Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE, é também um dos instrumentos de gestão ambiental, previsto no artigo 9º, da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938/81, e regulamentado decreto 4.297/2002, construído de forma democrática pelo poder público e pela sociedade civil. Tem como finalidade promover de forma sustentável o uso do território, compatibilizando as atividades econômicas com a preservação dos recursos naturais (BRASIL,1999).

Como já foi aqui citado, as cidades por serem um ecossistema dinâmico, e por muitas não serem concebidas de formas planejadas, causam grandes impactos, sociais, ambientais e econômicos. Aqui destacamos dois problemas que julgamos propulsor dos demais: densidade populacional e a grande demanda de energia e recursos naturais para manter as atividades que dão vida a cidade. A Organização das Nações Unidas – ONU, tem publicado dados alarmantes:

Metade da humanidade – 3,5 bilhões de pessoas – vive nas cidades atualmente. Em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. 828 milhões de pessoas vivem em favelas e o número continua aumentando. As cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço da Terra, mas usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono. A rápida urbanização está exercendo pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Mas a alta densidade dessas cidades pode gerar ganhos de eficiência e inovação tecnológica enquanto reduzem recursos e consumo de energia. Cidades têm potencial de dissipar a distribuição de energia ou de otimizar sua eficiência por meio da redução do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2015b. p.47).

Esse cenário se mostrou bastante preocupante, pois apesar das diversas conferências mundiais pelo meio ambiente, como a Rio 92, Rio +10 e a Rio+20, cuja a temática foi o desenvolvimento sustentável, ficou evidente que após três décadas muitos problemas socioambientais não foram resolvidos. Portanto, em setembro de 2015, no septuagésimo aniversário da ONU, vários países se comprometeram em estabelecer novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para serem alcançados até o ano 2030.

Foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - OBS, sendo que o objetivo de número 11 tem como finalidade “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. O Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – OBS de número 11, está subdividido em 7 subitens, ou metas, tem como propósito, no subitem 7, “proporcionar o acesso

universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Outro evento importante, a nível mundial, foi a 21ª Conferência das Partes (COP-21), corrido em de dezembro de 2015, um acordo global para combater os efeitos das mudanças climáticas, promovido pela da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), mais conhecido como Acordo de Paris (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2015b).

Com objetivo de cumprir as metas estabelecidas através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como também do acordo global para combater os efeitos das mudanças climáticas, ou Acordo de Paris, criou-se o Programa Cidades Sustentáveis, que foi acolhido por 200 países. O Programa Cidades Sustentáveis se destaca em entender que as prefeituras devem ter o protagonismo central na elaboração e implementação das ações propostas. Entre as ações propostas destaca-se a importância da cooperação entre os avanços científico-tecnológico, o social, cultural e instituição com intuito de minimizar os impactos ambientais negativos e promover a sustentabilidade. O Programa Cidades Sustentáveis também aponta como relevante a participação ativa dos cidadãos para a promoção do desenvolvimento sustentável tanto em nível local, como regional e global (CIDADES SUSTENTAVÉIS, 2010)

O Programa Cidades Sustentáveis possui indicadores para nortear as ações que promovam o desenvolvimento sustentável, por parte da sociedade, do setor privado e do governo. Dentre eles, destacamos os mais pertinentes para essa pesquisa: Gestão local para a sustentabilidade - aborda dentre outros aspectos a importância das áreas verdes públicas urbanas, e estabelece a extensão dessa área de acordo com a quantidade de habitantes, e que ela esteja em um raio de até 300 metros das aglomerações humanas. que os centros urbanos tenham uma determinada que a aérea verde pública; Planejamento e desenho urbano , que cita o Plano diretor participativo, onde se analisa se o Plano foi revisado, quando foi revisado e quais os mecanismos utilizados, durante sua confecção, que promoveram a participação popular; e Bens Naturais e comuns que inferi sobre o percentual de área desmatada, área destinada a UC, cobertura vegetal nativa remanescente, florestamento e reflorestamento (CIDADES SUSTENTAVÉIS, 2010)

Para aderir ao Programa Cidades Sustentáveis, o(a) prefeito(a), como também os partidos políticos devem assinar uma carta-compromisso, que são

distintas, que devem ser scaneadas e enviadas via e-mail. Os modelos das cartas-compromisso ficam disponíveis no site Cidades Sustentáveis, nesse mesmo site é possível ver quais cidades se comprometeram no engajamento em busca do desenvolvimento sustentável.

## 2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS ÁREAS VERDES URBANAS

As unidades de conservação foram criadas por meio da lei de número 9.985/2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esta lei estabelece os critérios e normas de criação, implantação e gestão das unidades de conservação como também as classifica como Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo a preservação da natureza e a utilização dos seus recursos naturais podem ser utilizados somente em casos prescritos em Lei. São exemplos de Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar de forma sustentável o uso dos recursos naturais e as atividades humana, como visitação pública, pesquisas científicas, moradias em algumas de suas parcelas territoriais, desde que não comprometa a preservação do meio ambiente. São exemplos de Unidades de Uso Sustentável Área de Proteção Ambiental: Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Em relação as áreas verdes urbanas podemos destacar que elas desempenham muitas funções além da função ecológicas, alguns autores como Henk-Oliveira (1996), Vieira (2004), Toledo; Santos (2008) citam que e as áreas verdes urbanas desempenham também função social, função estética, função ecológica, função educativa e também função psicológica. Essas afirmações podem ser comprovadas se analisarmos os seguintes impactos provenientes das áreas verdes urbanas como: introdução de oxigênio na atmosfera, conservar a umidade

local, reduzir ruídos e velocidade dos ventos, valorização visual e ornamentação do espaço urbano ( HENK-OLIVEIRA 1996; VIEIRA 2004; TOLEDO ; SANTOS, 2008).

Entretanto, o conceito de áreas verdes urbanas é bastante amplo, consideramos nesse trabalho que as áreas verdes podem ser públicas ou particulares. Entretanto, para desempenharem ou ofertarem seus benefícios em totalidade, a área verde deve ser de livre acesso, por conta disso esse trabalho se ocupa das áreas verdes públicas urbanas, que são portanto, um espaço público, uma vez que podem existir na cidade áreas verdes de propriedade particular.

De acordo com Gomes (2002), um lugar público é caracterizado como um espaço onde não há impedimentos para que qualquer pessoa possa adentrá-lo. Portanto, uma praça, um shopping, um jardim ou uma rua, são exemplos de espaços públicos. Entretanto, o conceito de área verde, inclui outros aspectos, que vão além da fácil acessibilidade a esses locais, pois valoriza a presença de aspectos naturais, principalmente a presença de vegetação, que deve ocupar um espaço superior a 50% da área total. Outra característica importante é o solo, que não deve estar impermeabilizado. Além dessas características, o espaço deve contribuir para o embelezamento da cidade, logo, deve cumprir sua função estética, mas também desempenhar função ambiental e de lazer para seus frequentadores (GOMES, 2002). Portanto:

Áreas verdes são quaisquer áreas livres plantadas de vegetação, isto é, todo local dentro do perímetro de uma cidade, o que lhe confere ao caráter urbano, onde se verifica o predomínio da cobertura vegetal, ou seja, as plantas de porte arbóreo, arbustivo ou gramínea (MUACUVEIA; FERREIRA, 2017, p.19).

Área verde pública é todo espaço livre (área verde/lazer) que foi afetado como de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais (BENINI; MARTIN, 2011, p.63).

Uma vez que comprovado a importância dessas áreas verdes para meio urbanos, é importante conceituá-las, pois há uma diversidade de áreas verdes urbanas. Adotou-se os conceitos de Lima et al 1994, que discrimina seis categorias de áreas verdes urbanas:



a) Parque urbano – é uma área verde com função ecológica, estética e lazer; b) Praça – área verde, que tem como função principal o lazer, entretanto a praça pode não ser uma área verde, quando não tiver vegetação e encontre-se impermeabilizada. No caso de ter predominância de vegetação, considera-se jardim; c) Jardim Público - é espaço livre caracterizado pelo cultivo de plantas e pela presença de outros elementos naturais ou artefatos de diversa natureza, visando, prioritariamente à contemplação, ao descanso e à deambulação no meio urbano; d) Canteiros Centrais de Avenidas e Ruas - áreas com vegetação localizada nas zonas de separação entre as faixas rodoviárias; e) Jardins de Instituições – áreas verdes correspondentes aos espaços adjacentes de diversas instituições; f) Jardins de Residências Particulares - correspondem às áreas verdes das residências ( LIMA et al, 1994, p. 549).

## 2. 2 O TRANSTORNO DO DEFICIT DE NATUREZA

O termo transtorno do déficit de natureza foi criado pelo pesquisador Richard Louv, quando começou a pesquisar sobre o assunto com intenção de escrever seu livro “O Futuro da Infância” na década de 90, ao perceber que as crianças não brincavam nas ruas, em parques ou quintais. Segundo o autor esse comportamento está relacionado ao modo de vida urbano onde há espaços reduzidos de áreas verdes e também uso excessivo da tecnologia, principalmente em relação atividades de lazer (CORRALIZA, 2016).

Richard Louv cita que o transtorno do déficit de natureza é causado pelo baixo convívio de crianças com a natureza. Esse transtorno pode afetar a dimensão física, biológica e psicológica de crianças e de adultos, entre os sintomas cita a obesidade, depressão, hiperatividade e déficit de atenção (CORRALIZA, 2016).

Observa-se atentamente que ao adotar um comportamento de distanciamento entre o humano e natureza, sobre os olhares da educação ambiental perguntar-se: como formar-se-ão cidadãos capazes de amar e cuidar do meio ambiente se eles não sabem o que é o meio ambiente e sua importância?

Desse entendimento que a educação ambiental se torna uma ferramenta importante, pois um dos seus objetivos é o estímulo e fortalecimento da consciência crítica em relação à problemática ambiental e social, estímulo e participação à preservação do meio ambiente (BRASIL, 1999).

## 2. 3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS VERDES URBANAS PODEM PROMOVER RECONEXÃO DO SER HUMANO COM A NATUREZA

Em uma publicação realizada pela Fundação SOS Mata Atlântica, mostra dados relevantes sobre a importância das Unidades de Conservação para o bem-estar da população como também para o desenvolvimento sustentável dos municípios. No Brasil, foram catalogadas 900 Unidades de Conservação inseridas no bioma Mata Atlântica e que atende a 72 milhões de pessoas com seus serviços ambientais. Essas Unidades de Conservação são importantes quando integram a área urbana e rural, ou até mesmo quando estão fragmentadas nos centros urbanos (GUIMARÃES; PINTO; FONSECA; 2017).

Mesmo diante de enormes desafios políticos, técnicos e financeiros, à medida em que se conhece essa rede de proteção local, nota-se que as UCs municipais individualmente, ou através de mosaicos e como parte da infraestrutura verde dos municípios, podem proporcionar oportunidades e múltiplos serviços à sociedade como o abastecimento de água; a conexão com a natureza; o bem-estar e a melhoria da saúde física e mental das pessoas; a restauração ambiental e revitalização dos espaços urbanos; e o enfrentamento das mudanças do clima (GUIMARÃES, PAULO, MARTINEZ, 2017, *on-line*)

Em busca de um estilo de vida sustentável nos centros urbanos, a Organização Mundial da Saúde – OMS, reconheceu a importância das áreas verdes nos centros urbanos e recomendou a que as cidades reservem 6 metros quadrados de área verde por 1.000.000 habitantes, para que se alcance um nível aceitável de qualidade de vida. Entretanto poucas cidades conseguem atender a esses pré-requisitos, no Brasil, a cidade de Curitiba se destacou, alcançando a meta e a cidade de Campinas, está em segundo lugar, mas ainda não se enquadra dentro dos índices recomendados pela OMS. A dificuldade em manter um nível aceitável de reserva de vegetação em território urbano pode ser explicado por conta de fatores como crescimento desordenado, especulação imobiliária, desmatamento para extração madeireira, entre outros (FILHO, 1996). Logo, pode-se perceber a importância das unidades de conservação e das áreas verdes para mitigar os impactos negativos causados pela expansão urbana que a maioria das cidades no mundo vem sofrendo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida no município de Lauro de Freitas, Bahia, uma cidade que compreende a Região Metropolitana de Salvador, possuindo aproximadamente 60Km<sup>2</sup> de extensão territorial e a população é de aproximadamente 171.042 habitantes. No seu território o bioma que predomina é a Mata Atlântica, possui belas praias como Buraquinho, Ipitanga e Vilas do Atlântico, como também é bastante rica em recursos hídricos pois está localizada em uma bacia hidrográfica, Ipitanga-Joanes, que leva o nome de dois dos seus principais rios. Como mostra a figura 1, seus limites territoriais são as cidades de Camaçari e Simões Filho ao norte, ao sul e ao oeste é delimitada por Salvador, e ao leste pelo oceano Atlântico (LAURO DE FREITAS, 2017).



Figura 1 - Localização do município de Lauro de Freitas  
Fonte: Google Maps (2018)

#### 3.2 TIPO DE PESQUISA

Esse trabalho é caracterizado como um estudo de caso, um tipo de pesquisa exploratória, que possibilita ao pesquisador, desenvolver mais proximidade com o problema abordado, como também, elaborar hipótese ou tornar a temática estudada mais evidente. Os procedimentos metodológicos das pesquisas exploratórias

geralmente envolvem o levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas envolvidas no problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão. Os métodos citados pelo autor foram os adotados nessa pesquisa, evidenciando a compatibilidade entre classificação da natureza da pesquisa e o método adotado. Segundo o autor, os estudos de caso são caracterizados por ter como objeto de pesquisa unidades bem definidas como uma instituição, um grupo familiar, um segmento social. Entretanto esse tipo de pesquisa também pode ter como objetivo entender como determinado grupo percebe determinada temática (GIL, 2007).

A metodologia usada foi bola de neve ou snowball, uma metodologia muito empregada em pesquisas voltadas para educação ambiental comunitária. Nessa metodologia participantes iniciais são identificados, e, por sua vez, indicam novos participantes. Os participantes iniciais são chamados de sementes. A metodologia bola de neve é uma análise não probabilística, que utiliza cadeia de referência para recrutamento. As cadeias de referências são assim definidas, por surgirem do processo de recrutamento de dos atores chaves, chamados de sementes, recrutar ou apontar, outras pessoas, que possuem o mesmo perfil, para participarem da pesquisa (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Segundo a autora citada, os primeiros participantes contatados na aplicação da pesquisa são as “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo (a “semente”) indicará outra(s) pessoa(s) de seu relacionamento (ou de seu conhecimento) para que também participe(m) da amostra, esses são os “filhos” das “sementes”. Para que se tenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de pessoas (de “sementes”), que, preferencialmente, devem exercer certa liderança no espaço a ser estudado, conhecer muitos membros da localidade e que esses sejam de diversificados ramos de formação e atuação (BALDIN; MUNHOZ, 2011 apud GOLDMAN, 1961, p. 335).

Sanchez e Nappo apud Baldin e Munhoz (2011) as vantagens da técnica bola de neve é que os participantes iniciais, são identificados porque se destacam na área de atuação que é de interesse do pesquisador. Outra característica interessante dessa metodologia, ainda de acordo com esses autores, é a heterogeneidade, pois as informações se dão em cadeia, formando uma rede de informações, permitindo que o pesquisador possa contatar participantes dos diversos grupos, em diferentes locais da cidade, permitindo agregar à pesquisa diferentes perfis socioeconômicos e diversas experiências, logo, a metodologia bola de neve é muito utilizada para fins

exploratórios. (BALDIN; MUNHOZ, 2011). A natureza exploratória da metodologia bola de neve é reafirmada por Vinuto (2014):

A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes (VINUTO, 2014, p. 205).

Vinuto (2014) cita que a metodologia bola de neve vem sendo utilizada constantemente em várias pesquisas, porém há dificuldade em conceituá-la, e aponta dois motivos principais para isso. O primeiro é que os autores que lançam mão dessa metodologia não justificam os motivos que a utilizaram nem ressaltam a importância da mesma. O outro motivo é que se a utilizam e não a nomeiam como bola de neve. E aponta que a metodologia bola de neve pode ser aplicada para superar alguns obstáculos na pesquisa referente à população pesquisada como por exemplo, quando os membros de um grupo de elite não se acham relevante a pesquisa, quando o grupo alvo possui poucos membros e eles estão distribuídos em uma grande área, ou quando são pessoas reclusas, excluídas ou estigmatizadas. (VINUTO, 2014)

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Atualmente vivemos na Sociedade da Informação e do Conhecimento assim denominada por consequência da influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) têm causado em vários setores da sociedade, desde as relações afetivas, profissionais e econômicas. As TIC's constituem um conjunto de mídias que utilizam a tecnologia digital para funcionar. As mídias sociais são um conjunto de redes sociais que desenvolvem suas relações em um ambiente virtual (SOUZA, ARAUJO, PAULA, 2015).

As mídias sociais permitem que usuários compartilhem seus pensamentos, ideias, comportamentos e inclusive outras mídias, sendo portando um espaço de

grande interação. São exemplos de mídias sociais o Facebook, LinkedIn, YouTube, WhatsApp entre outros (JUNIOR, 2009). Nesse contexto, utilizou-se nessa pesquisa duas mídias sociais WhatsApp e Facebook, para aplicar a metodologia bola de neve, dessa forma, foram identificados no município de Lauro de Freitas lideranças comunitárias atuantes ações voltadas para preservação do meio ambiente, a partir de um grupo de WhatsApp criado com intuito de discutir temáticas ambientais, nesse ambiente virtual foi apresentada a temática da pesquisa, e foram surgindo as indicações de outros atores relevantes para a pesquisa.

Foram aplicados 116 questionários semiestruturados onde um foi destinado aos munícipes, e outro destinados aos gestores ou lideranças que realizavam manutenção das áreas verdes urbanas. Os questionários foram construídos de forma virtual utilizando a ferramenta do Google que cria formulários online, e posteriormente disponibilizados nas mídias sociais (Apêndice A e B). Na parte inicial do questionário há um texto descritivo sobre a natureza da pesquisa e sobre a participação voluntária. Optou-se em usar ferramentas virtuais pois entendemos que há economia de tempo em localizar o participante, uma vez que pesquisas demonstram que o WhatsApp e o Facebook são as mídias sociais mais utilizadas pelos brasileiros que têm acesso a internet, com percentuais de 93% e 79% respectivamente. Além da economia de recursos financeiros e de recursos naturais, como por exemplo, na impressão dos questionários.

### 3.5 ANÁLISES DOS DADOS

A análise de dados foi feita de forma quantitativa e qualitativa, sob o olhar do pesquisador, dos munícipes e dos gestores das áreas verdes urbanas. Na unidade de conservação, por meio de observação direta se os recursos naturais estão preservados, se há interferência antropogênica (invasão do território da UC, poluição, desmatamento). Em relação a análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários semiestruturados aos gestores da UC e das áreas verdes, inferiu se há a realização de atividades de educação ambiental, se o local está aberto à população, se as atividades de educação ambiental são permanentes ou pontuais, quais os problemas e desafios que os gestores enfrentam para a boa gestão da UC.

Quanto aos munícipes, foi inferido se próximo onde residem há áreas verdes, o tipo de área verde, sobre a frequência que visitam esses espaços, se já participaram se alguma atividade de E.A., o bairro onde residem, o perfil do público-alvo que visita a UC (gênero, idade, frequência, motivo/interesse), como também sobre a percepção dos munícipes quanto a importância desses espaços para a preservação ambiental e manutenção da qualidade de vida.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Lauro de Freitas, como a maioria das cidades brasileiras se encontra em um avançado processo de urbanização, atualmente tem passado por obras de infraestrutura como construção de rodovia e a expansão do serviço de mobilidade urbana, através da construção de uma linha de metro que atenderá aos munícipes, como também ampliação do aeroporto Luís Eduardo Magalhães que irá afetar o território do município. Outra característica significativa da expansão urbana é o crescimento das construções imobiliárias, com construções de caráter residencial e comercial, que é reflexo do aumento da população no município. (VILAS MAGAZINE, 2018)

Obras de infraestrutura são importantes para o bem-estar e comodidade da população, como melhoria da mobilidade, residências mais confortáveis, bens de serviço e consumo. Entretanto para construir rodovias e empreendimentos geralmente é necessário desmatar, mudar cursos de rios, soterrar nascentes, entre outros.

Na contramão da expansão imobiliária e do crescimento populacional temos as características naturais da cidade que possui uma rica malha hidrográfica, onde parte de seu território está localizado em na bacia hidrográfica Joanes- Ipitanga e dentro de uma área de preservação ambiental a APA Joanes- Ipitanga. Ademais o município é banhado pelo oceano Atlântico, com belíssimas praias, manguezais.

No município de Lauro de Freitas possui dentro do seu território a APA-Joanes-Ipitanga, sendo classificada, portanto como uma Unidade de Uso Sustentável. A APA Joanes-Ipitanga foi criada e zoneada, respectivamente pelo Decreto Estadual nº 7.596 de 5 de junho de 1999 e pela Resolução CEPRAM nº 2.974 de 24 de maio de 2002.

A APA Joanes-Ipitanga possui uma área de 64.463 hectares, e abrange os municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila.

O Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA ressalta a proteção dos Rios Ipitanga e Joanes, e o abastecimento da região Metropolitana de Salvador importância da APA Joanes-Ipitanga. Como também a preservação de



biomas como restinga, manguezal e remanescentes de Mata atlântica que abrigam uma fauna bastante diversificada (INEMA, 2017)

O INEMA aponta ainda os conflitos sociais existentes no território da APA, como poluição, ocupações indevidas, extração ilegal de areia, descarte ilegal de resíduos sólidos (INEMA, 2017).

Portanto em virtude da relevância de se preservar os recursos naturais, que embora já sejam preservados em virtude de força da Lei, mas efetivamente não são, torna-se relevante a importância de desenvolver o sentimento de pertencimento da população em relação às áreas de conservação ambiental. Esse sentimento pode ser desenvolvido a partir do desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de lazer e de educação ambiental nessas áreas.

Portanto, valorizar as unidades de conservação do município possibilitará que as consequências negativas do desenvolvimento urbano sejam mitigadas, promoverá o desenvolvimento sustentável e fortalecerá a relação entre os munícipes e o meio ambiente.

A reconexão do homem com o meio ambiente é importante principalmente para desenvolver a afetividade e o senso de pertencimento com a natureza, dessa forma além de usufruir de uma melhor qualidade de vida, o homem desconstrói um relação predatória em relação ao meio ambiente, que concebe a natureza apenas como uma fonte de recursos naturais para satisfazer suas necessidades e passa a ter uma visão holística da sua função no meio ambiente.

Nessa pesquisa duas áreas verdes urbanas foram identificadas, através da metodologia bola de neve, foram o Parque Ecológico de Vilas e A praça da Coruja. Foi feito contato com as pessoas responsáveis pela manutenção ou gestão da área verde, que chamaremos de lideranças comunitárias, pois representam a sociedade civil, uma vez que a maioria participa de movimentos sociais, como associações de moradores, apenas uma área verde urbanas é gerida pelo poder público, que será identificado como gestor público. No primeiro momento foi feito contato com essas lideranças/gestor público que indicou páginas do Facebook onde divulgava as ações realizadas na área verde, posteriormente foi enviado o questionário eletrônico para as mesmas, porém apenas um questionário foi respondido, as informações da área verde gerida pelo poder público foram retiradas da página oficial da área verde.

Em relação aos munícipes o questionário online foi disponibilizado em páginas do Facebook e grupos do WhatsApp voltados em compartilhar assuntos sobre o município, como educação, meio ambiente, empregos.

#### 4.1 PARQUE ECOLÓGICO DE VILAS DO ATLÂNTICO

Essa área é um Parque Ecológico Municipal, está localizada em uma um dos bairros nobres do município, é gerida pela administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos. De acordo com o Plano Diretor Municipal – PDDM de 2011, é classificada como uma Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) e foi criado pelo Decreto Municipal de 1.156/1996.

O Parque possui uma área de aproximadamente 70 mil metros quadrados, sendo que 15 mil são destinados a áreas de infraestrutura e equipamentos como parque de diversão infantil (Figura 2), trilha, horto com plantas medicinais e uma concha acústica (LAURO DE FREITAS, 2017).



Figura 2 - Parque Infantil no Parque Ecológico de Vilas do Atlântico  
Fonte: Parque Ecológico de Vilas do Atlântico

As atividades de educação ambiental desenvolvidas são permanentes, das quais podemos citar oficinas de compostagem, oficinas e distribuição de mudas. Na concha acústica são desenvolvidas atividades culturais, como saraus, peças teatrais e recitais (Figura 3). A entrada é franca e aberta ao público as escolas e faculdades da região utilizam o local para desenvolvimento de atividades escolares e acadêmicas (Figura 4 e 5).



Figura 3 - Atividade cultural no Parque Ecológico de Vilas  
Fonte: Parque Ecológico de Vilas do Atlântico



Figura 4 - Visita de uma escola ao Parque ecológico de Vilas  
Fonte: Parque Ecológico de Vilas do Atlântico



Figura 5 - Plantio de Mudas no Parque Ecológico de Vilas do Atlântico  
Fonte: Parque Ecológico de Vilas do Atlântico

O Parque Ecológico foi reaberto no ano de 2017, na data em que se comemora o dia Meio do Ambiente, após 22 de abandono, durante esse período sofreu muitos impactos como descarte de lixo irregular, ocupações irregulares no seu território, durante esse período, iniciativas individuais de alguns moradores, e de grupos organizados, como associações de moradores do bairro, que zelavam pela manutenção do local e em cobrar ao Poder Público a revitalização da área verde que é de sua responsabilidade ( VILAS MAGAZZINE, 2016; 2017). Nas figuras 06 e 07 podemos ver a situação que o Parque Ecológico de Vilas se encontrava antes da reforma:



Figura 06 - Descarte irregular de lixo no Parque Ecológico de Vilas do Atlântico  
Fonte: Vilas Magazine (2016)



Figura 7 – Concha acústica antes da reforma  
Fonte: Vilas Magazine (2015)

#### 4.2 A PRAÇA DA CORUJA

Essa área verde urbana aberta ao público, é uma praça municipal, logo a responsabilidade da gestão e da manutenção é do governo municipal, representado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos. Localizada também em um bairro nobre, possui de extensão territorial 2,5 hectares,

há presença de nascentes de rios, córregos, presença de fauna, árvores de grande pequeno porte ( Figura 08).



Figura 08 : Placa alertando para a presença de animais no local  
Fonte: Amom Loteamento Miragem (2018)

Segundo a liderança comunitária, que é biólogo, e mestre em engenharia ambiental que respondeu ao questionário, a associação de moradores também realiza manutenção da praça e cobrar ao poder público que desempenhe suas obrigações no que diz respeito à manutenção, preservação da área verde.

A associação dos moradores desenvolve projetos para área verde com intuito de construir corredores ecológicos, conservar a bacia de drenagem natural, manutenção e restauração da cobertura vegetal nativa, educação ambiental e paisagismo. Para ele as áreas verdes urbanas são importantes pois mantêm os serviços ambientais e ecossistêmicos, sendo eles: 1) Serviços de Provisão: relacionados com a capacidade dos ecossistemas em prover bens naturais; 2) Serviços de Regulação: atuam nos processos ecossistêmicos, como controle do clima, purificação do ar, purificação e regulação dos ciclos das águas, controle de erosão e enchentes, controle de pragas e doenças; 3) Serviços Culturais: benefícios recreacionais, educacionais, estéticos, espirituais; 4) Serviços de Suporte: necessários para a produção de todos os outros serviços ecossistêmicos, como ciclagem de nutrientes, formação do solo, produção primária, polinização e dispersão de sementes.

O termo Serviços ecossistêmicos é relativamente recente, há um projeto de Lei de número 322/15 que define serviços ecossistêmicos como aqueles que os elementos da natureza podem nos oferecer. Esse projeto de Lei, apresenta também o conceito de serviços ambientais, caracterizando-os como iniciativas individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, recuperação ou a melhoria dos ecossistêmicos, como os prestados pela associação de moradores aqui citada. Portanto fica explícita a importância da manutenção de áreas verdes em centros urbanos para manutenção e preservação dos recursos naturais, como também para manter a qualidade da vida humana.

Nessa área verde, é desenvolvido por iniciativas dos moradores de lazer, práticas de esporte, exercícios físicos, com intuito de despertar a consciência ambiental. Também há atividades de educação ambiental, porém ainda ocorrem de formas pontuais (Figura 09 e 10).



Figura 09- Atividade de educação ambiental promovida pela sociedade civil organizada  
Fonte: Amom Loteamento Miragem (2018)





Figura 10 – Plantio de Mudas na Praça da Coruja  
Fonte: Amom Loteamento Miragem (2018)

Os desafios para gerir a área verde são a escassez de recursos para infraestrutura, falta de apoio institucional para mobilização da comunidade. Em relação aos impactos ambientais foram apontados o descarte de rejeitos, falta de esgotamento sanitário, supressão de vegetação e o feito de borda ( Figura 11).



Figura 11 – Aterramento de uma lagoa localizada na Praça da Coruja  
Fonte: Amom Loteamento Miragem (2018)

Como projetos em relação a área verde foram citados implantação do projeto de WEB TV de educação ambiental; finalização do projeto piloto de trilha interpretativa

e recreação e apresentação de números musicais nos finais de semana. Foram citadas também ações pertinentes a pressão da sociedade civil para que poder público complete obras de infraestrutura.

É evidente a importância da existência do Parque Ecológico de Vilas do Atlântico, como também a importância da Praça da Coruja, na promoção da educação ambiental formal e não formal em ambientes urbanos. Porém é ideal que o Poder público crie áreas verdes urbanas, como também revitalize novas áreas verdes, para que essas ações não se tornem pontuais na vida dos munícipes, ou que a utilização dessas áreas seja mais utilizada por um grupo de pessoas que morem ao seu entorno. Pois a sensibilização ambiental ocorre de maneira contínua, se ocorrer de forma pontual, em datas e atividades específicas não será suficiente para promover a formação de cidadão ecologicamente responsáveis. Silva (2012, p.04), ressalta que a educação ambiental deve ser:

Um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir individualmente ou coletivamente na busca de soluções para os problemas ambientais presentes e futuros (SILVA, 2012).

A partir da formação de cidadão conscientes será possível cobrar que o Poder Público cumpra com suas responsabilidades em relação à promoção do desenvolvimento sustentável. Realizou-se uma pesquisa no site do Programa Cidades Sustentáveis, para inferir sobre a participação do município de Lauro de Freitas, porém o município não é signatário do programa. Essa não adesão pode ser interpretada como um certo descaso em atingir as metas do Desenvolvimento Sustentável.

#### 4.3 A Participação dos munícipes

Foram respondidos 116 questionários, 90,5% dos que responderam residem em Lauro de Freitas, teve-se o cuidado de restringir a participação apenas de pessoas do município, como mostra o gráfico 1.

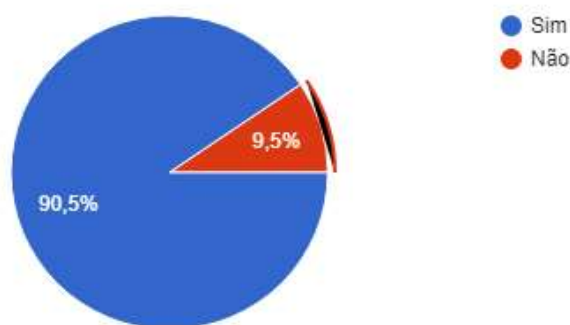


Gráfico 1. Percentual de entrevistados residentes em Lauro de Freitas)

O município de Lauro de Freitas atualmente possui dezenove bairros, apenas três deles, Barro Duro, Recreio de Ipitanga e Caixa d'água, não tiveram representantes que responderam o questionário. O bairro Centro, Ipitanga e Itinga tiveram os maiores índices de participação, respectivamente, 28,6%, 16,2% e 15,2 %. A maioria das pessoas participantes se declaram mulheres 64,8%.

Quando questionados se próximo à residência dos mesmos havia áreas verde, 63,8% responderam que sim. Porém, quando questionados se frequentavam as áreas verdes do seu bairro, 43,8% responderam que não. Esses dados indicam que o fato de existir a área verde próximo ao indivíduo não significa que o mesmo irá utilizá-la e conseqüentemente reconhece-la, como um espaço importante a ser preservado. Outro dado preocupante é em relação as pessoas que responderam que frequentam as áreas verde, elas a utilizam menos de uma vez por semana, indicando uma frequência bastante baixa, impedindo que o indivíduo estabeleça laços de pertencimento e identidade com esses espaços.

Quanto à participação de atividades de educação ambiental nessas áreas urbanas 55,9% afirmaram participar. Quando questionados se acreditavam que as áreas verdes urbanas podiam promover benefícios aos seres humanos 98,1 % responderam que sim. O gráfico 2 mostra os benefícios que os participantes afirmaram que as áreas verdes podiam proporcionar, sendo que a maioria acha que há melhoria da qualidade do ar, e o menor percentual foi para a sensibilização ambiental, 45,6%.

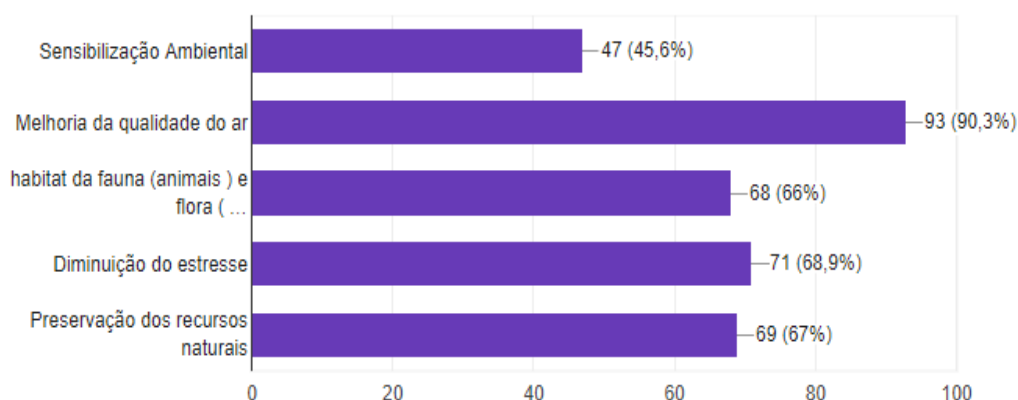


Gráfico 2 – Percepção sobre a importância das áreas verdes urbanas

A partir da análise desse gráfico é possível inferir que os participantes não conseguem relacionar que a preservação dos recursos naturais depende da sensibilidade ambiental, ou seja, da ação do indivíduo em preservar o ambiente, uma vez que a maioria dos impactos negativos que são causados ao ambiente é de natureza antrópica. Porém, podemos verificar uma importante tendência em perceber a importância das áreas verdes urbanas na manutenção do equilíbrio mental, pois, 68,9% dos participantes responderam que as áreas verdes podem promover a diminuição do estresse, muitas vezes evidentes em ambientes urbanos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo foi possível inferir que parte da população contemplada na pesquisa, não mantem um habito de frequentar constantemente as áreas verdes que estão ao seu entorno. Esse comportamento torna-se bastante preocupante, pois impede que os laços afetivos com a meio natural sejam desenvolvidos entre os munícipes e suas áreas verdes. Como consequência os indivíduos não sentem que essas áreas lhe pertence, logo, as chances de assumir uma atitude passiva, frente a degradação ambiental, é a mais provável de se consolidar, permitindo que essas áreas verdes estejam vulneráveis a diversos impactos ambientais negativos, como disposição de rejeitos, degradação dos recursos hídricos, e principalmente a especulação imobiliária que é um fenômeno evidente em todas as cidades em processo de urbanização. Como consequências temos cidades com áreas verdes cada vez reduzidas, ou inexistentes, e com ruim ou péssima qualidade de vida, pois há redução da oferta dos serviços ecossistêmicos.

Percebe-se que o poder público que geralmente se omite em suas responsabilidades, nesse caso, em relação a manutenção, preservação e criação de áreas verdes urbanas como também no que tange a promoção da educação ambiental. Entretanto é possível perceber que a sociedade civil organizada pode desempenhar um importante papel fiscalizador e muitas vezes até mesmo assumir a responsabilidade que é do órgão público, preservando, conservado e revertendo muitos impactos ambientais nessas áreas, além e promover ações de educação ambiental que poderá sensibilizar mais sujeitos a se engajarem nas lutas pela preservação ambiental.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Resolução CEPRAM nº 2.974 de 06 de junho de 2002.** Aprova o Zoneamento Ecológico-econômico da APA Joanes-Ipitanga. Salvador, BA. 2002. Disponível em: [http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao\\_cepram/resolucao\\_2974\\_24\\_mai\\_2002.pdf](http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao_cepram/resolucao_2974_24_mai_2002.pdf). Acesso: 21. out. 2017.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária.** In: X Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUCPR: Curitiba, Anais... 07 a 10 de novembro de 2011.

BERDOULAY, V. **A ecologia urbana, o lugar e a cidadania.** Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7. p. 79-92, jul./dez. 1999

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: Acesso em 21 out. 2017.

BENINI, S. M.; MARTIN, E. S. **Decifrando as áreas verdes públicas.** Revista Formação, n.17, volume 2 – UNESP, 2011, p. 63-80.

BRASIL. **Lei Federal nº 6938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos. Diário Oficial da União, 02 set. 1981. [On Line]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso em 21/07/2018.

\_\_\_\_\_. Lei 9.795 de 25 de Abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>. Acesso em: 20 de jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 20 de jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em 21/10/2017.

CARVALHO, V.S. **Educação Ambiental Urbana.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

CIDADES SUSTENTAVÉIS. **O programa.** Disponível em <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/oprograma>. Acesso em 21. out. 2017.

CORRALIZA, J. A. **Transtorno por déficit de natureza.** Reconectar com a natureza como recurso terapêutico contra o transtorno por déficit de natureza. Disponível em: <http://www.psicologiahailtonyagiu.psc.br/materias/ponto-vista/149-reconectar-com-a-natureza-como-recurso-terapeutico-contra-o-transtorno-por-deficit-de-natureza>. Acesso em: 16 jun. 2016

FILHO, H.F,L. **Os desafios da Ecologia Urbana.** Rua, Campinas,2: 79-82,1996

HENKE-OLIVEIRA, C. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes:** diagnóstico e propostas. Dissertação de Mestrado. UFSC, São Carlos-SP, 1996.

IBOPE. **WhatsApp é o aplicativo mais usado pelos internautas brasileiros.** Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/whatsapp-e-o-aplicativo-mais-usado-pelos-internautas-brasileiros.aspx>. Acesso em:18 maio de 2018.

INEMA. **APA Joanes-Ipitanga.** Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-joanes-ipitanga/>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, E. PAULO, L. P. MARTINEZ, D. I. **Benefícios das Unidades de Conservação municipais para a sociedade.** Disponível em: <https://www.sosma.org.br/artigo/beneficios-das-unidades-de-conservacao-municipais-para-sociedade/> Acesso em 12 de nov de 2017.

LAURO DE FREITAS. Lei Municipal de nº 1330 de dezembro de 2008 institui o Plano Diretor do município de Lauro de Freitas – Bahia. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-lauro-de-freitas-ba>. Acesso em 20 de jul de 2018.

LAURO DE FREITAS. Lei Municipal de nº 1458 de dezembro de 2008 Lei Municipal de nº 1330 de dezembro de 2008 institui o Plano Diretor do município de Lauro de Freitas – Bahia. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-lauro-de-freitas-ba>. Acesso em 20 de jul de 2018.

LAURO DE FREITAS. **O perfil** do município. 2017. Disponível em: <http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/historia-do-municipio/118> Acesso em 07 de jul de 2018

LIMA, A. M. L.P; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUSA, M.A.L.B.; FIALHO, N. DEL PICCHIA, P.C.D. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos.** In: Anais... II Congresso de Arborização Urbana. São Luis, MA, p. 539-553, 1994

MEADOWS, D. (1999). **“Indicators and information systems for sustainable development.”** em Satterthwaite, D., (ed.) The Earthscan reader in sustainable cities. Earthscan, Londres.

MUACUVEIA, R.R.M.; FERREIRA, W.R. **Uso e apropriação das áreas verdes urbanas na cidade de Nampula-Moçambique: o caso do jardim da praça do destacamento feminino.** In: I Simpósio Brasileiro Online. Gestão Urbana. 2017. Artigos, p16-31. ISBN 978-85-68242-46-9.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Novo estudo da ONU indica que mundo terá 11 bilhões de habitantes em 2100.** 2015f. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/novo-estudo-da-onu-indica-que-mundo-tera-11-bilhoes-de-habitantes-em-2100/> . Acesso em: 20 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.** 2015b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> . Acesso em: 20 jul. 2018.

TOLEDO, F.S; SANTOS, D.G. **Espaços Livres de Construção.** Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Piracicaba - SP, v3, n1, p. 73-91, mar. **Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC:** 2008.

SILVA, D. G. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade.** 2012. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Danise-Guimaraes-da-Silva.pdf> . Acesso em: 03 Ago. 2018.

VIEIRA, P. B. H. estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC, Florianópolis - SC, 2004.

VILAS MAGAZINE. **2018: O ano da retomada em Lauro de Freitas.** 2018. Disponível em: <http://www.vilasmagazine.com.br/noticia-detalle.php?idConteudo=00000003080> . Acesso em 07 de julho de 2018.

VILAS MAGAZINE. **Parque Ecológico de Vilas do Atlântico permanece sonho adiado.** 2016. Disponível em: <http://www.vilasmagazine.com.br/noticia-detalle.php?idConteudo=00000001170> . Acesso em 07 de julho de 2018.



VILAS MAGAZINE. **Parque Ecológico de Vilas do Atlântico será reaberto no dia 5 de junho.** 2017. Disponível em: <http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/parque-ecologico-de-vilas-do-atlantico-sera-reaberto-no-dia-5-de-junho/217> Acesso em 07 de julho de 2018

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Revista Temáticas, Campinas, 22, (44), p. 203-220, ao/dez. 2014.

## APÊNDICE

Questionário aplicado aos destinados aos gestores ou lideranças

Identificando áreas verdes urbanas em Lauro de Freitas

I – Identificação da pesquisa

Essa pesquisa faz parte da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, do curso de especialização em Gestão Ambiental em Municípios da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

II – Participação Voluntária

Sua participação nessa pesquisa é voluntaria. As informações dessa pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários.

Desde já agradeço sua participação

Patrícia C. Silva

### Perguntas

1º Você faz parte da gestão de alguma área verde urbana no município de Lauro de Freitas- Bahia? Sim ( ) Não ( )

2º Como você classifica essa área verde urbana? ( Exemplo: Parque Ecológico, praça, jardim, etc. )

3º Sabe informar a extensão territorial da área verde?

4º Quais os recursos naturais presentes na área verde?

Fauna ( ) Nascentes de rios ( ) Árvores de grande porte ( )  
 Árvores de pequeno porte ( ) Gramíneas ( ) Rios( ) Córregos ( )  
 Outros: \_\_\_\_\_

5º Em qual bairro está localizada a área verde urbana que você faz parte?

6º A área verde urbana é aberta ao público? Sim ( ) Não ( )

7º Qual a instituição é responsável pela gestão da área verde?

8º Por qual motivo surgiu a iniciativa de gerir ou criar essa área verde urbana?

9º Na sua opinião, qual a importância de existir áreas verdes em espaços urbanos?

10º Qual a instituição é responsável pela gestão da área verde?

11º Por qual motivo surgiu a iniciativa de gerir ou criar essa área verde urbana?

12º Na sua opinião, qual a importância de existir áreas verdes em espaços urbanos?

13º Você acha que desenvolver atividades de lazer, práticas de esporte, exercícios físicos, etc., ajudam a despertar a consciência ambiental nas pessoas?

- a) Sim, desenvolvemos essas atividades/práticas. ( )
- b) Sim, ainda não desenvolvemos, mas pretendemos desenvolver essas atividades/práticas ( )
- c) Não, e não pretendemos desenvolver ( )
- d) Não sei ( )

14º Programas ou atividades voltadas para educação ambiental são desenvolvidas nessa área verde?

- a) Sim ( )
- b) Não, mas pretendo desenvolver. ( )
- c) Não, e não pretendo desenvolver ( )

15º Os programas ou atividades voltadas para educação ambiental são pontuais ou permanentes ?

- a) Pontuais ( )
- b) Permanentes ( )

16º Quais programas ou atividades voltadas para educação ambiental são desenvolvidas nessa área verde?

17º Quais os desafios em gerir a área verde?

18º Quais os projetos/ações/ perspectivas para em relação à área verde?

Obrigada por sua participação, ela foi de grande valia. Sucesso em todos os seus projetos!

## APÊNDICE

### Questionário aplicado aos munícipes

Pesquisa sobre áreas verdes urbanas em Lauro de Freitas - Bahia

I – Identificação da pesquisa

Essa pesquisa faz parte da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, do curso de especialização em Gestão Ambiental em Municípios da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

II – Participação Voluntária

Sua participação nessa pesquisa é voluntaria. As informações dessa pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários.

Desde já agradeço sua participação

Patrícia C. Silva

### Perguntas

1º Você reside em Lauro de Freitas ?

( ) sim ( ) Não

2º Em que bairro você mora?

Ipitanga ( )

Itinga ( )

Centro ( )

Vilas do Atlântico ( )

Vida Nova ( )

Caji ( )

Recreio de Ipitanga ( )

Vila Praiana ( )

Buraquinho ( )

Araquí ( )

Caji ( )

Caixa d`Água( )

Quingoma ( )

Capelão ( )

Areia Branca ( )

Parque São Paulo ( )

Barro Duro ( )

Portão ( )

Jambeiro ( )

3º Qual sua idade? ( )

4º Qual seu gênero?

Masculino ( ) Feminino( ) Outro( )

5º Qual sua escolaridade?

Fundamental incompleto ( ) Fundamental Completo ( ) Médio Incompleto ( )  
Médio Completo ( ) Graduação completa ( ) Graduação Incompleta ( )  
Pós-Graduação ( )

- As áreas verdes urbanas são definidas, segundo o Ministério do Meio Ambiente como: o conjunto de áreas dentro do perímetro urbano, que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas), De acordo com esse conceito responda a próxima pergunta:

6º Perto de sua residência tem alguma área verde?

Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

7º Marque as alternativas que apresentam as áreas verdes urbanas que existem perto de sua residência

Praça ( ) Jardim ( ) Campo de futebol ( )  
Parque ecológico ( ) Outros ( )

8º Você frequenta alguma área verde urbana?

Não ( )

Sim, para realizar atividades físicas/ esportes ( )

Sim, para lazer ( )

Sim, como lazer e para realizar atividades físicas/ esportes ( )

Outros ( )

9º Com que frequência você frequenta a (s) área (s) verde (s) urbana (s) ?

Menos de uma vez na semana ( )

Duas ou três vezes na semana ( )

Mais de três vezes na semana ( )

10º Já participou se alguma atividade de educação ambiental em alguma área verde urbana?

Sim ( ) não ( )

11º Você acha que as áreas verdes urbanas proporcionam algum benefício aos seres humanos?

Sim ( ) não ( )

12º Marque as alternativas que apresentam benefícios que uma área verde urbana pode proporcionar aos seres humanos:

Sensibilização ambiental ( )

Melhoria da qualidade do ar ( )

Habitat de fauna e flora ( )

Diminuição do estresse ( )

Preservação dos recursos naturais ( )